

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nová os campos ará.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Ciá Varella

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Mauricio Dinepi

ANC

## Respeito à Constituinte

“Não fica bem para o País, não fica bem para a Constituinte”. A advertência feita pelo presidente do PMDB, da Câmara e da própria Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não conteve as manifestações radicais dos que tentavam tumultuar a votação ontem em plenário, quando o Centrão confirmou a sua maioria com 290 votos pela mudança do Regimento.

A galeria, composta por partidários da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pressionou os parlamentares através de meios os mais condenáveis possíveis, e até mesmo um pé de chinelos foi atirado no plenário, junto com outros objetos. Apesar do apelo feito ao bom senso, o presidente da Constituinte não agiu com o rigor demonstrado noutras oportunidades e, no final, a votação teve de transcorrer num clima de constrangimento, que não pode predominar em outras situações.

Há uma verdade, agora comprovada em números, que precisa ser reconhecida: o recém-formado Centrão tem realmente a maioria na Assembléa Constituinte, suficiente não só para estabelecer a mudança do Regimento, mas também para mudar o projeto oriundo da Comissão de Sistematização. Nessas condições, quando a futura Constituição estiver sendo votada em plenário, é preciso que a esquerda e a própria Mesa que dirige os trabalhos reconheçam essa realidade e respeitem os direitos da maioria.

Da mesma forma, sabendo-se que a dis-

cussão do projeto de Constituição em plenário oferece alternativas originárias da própria falta de consenso dentro do Centrão em relação a diversos temas, é importante que a esquerda se organize para negociar as mudanças, participando democraticamente das votações. Caso contrário, pagará o ônus da omissão e deixará a ala mais conservadora do Centrão ditar as regras do jogo em plenário.

A partir dessa definição de forças e do estabelecimento das normas a serem adotadas nas votações, a Constituinte começa agora, de fato, a produzir um projeto de Constituição representativa do pensamento de uma maioria dos parlamentares, a partir da base oferecida pelas subcomissões, as comissões setoriais e a própria Comissão de Sistematização.

A comunidade tem obrigação de se organizar para influir na elaboração da futura Carta, discutindo questões polêmicas como a estabilidade para os empregados, o mandato presidencial, o regime de governo, a reforma agrária e muitas outras. É importante que as entidades que representem a sociedade civil tenham participação ativa também nesta nova fase dos trabalhos constitucionais, mas o presidente Ulysses Guimarães precisa criar meios para que não se repitam, nas futuras sessões, as crises de insegurança vividas ontem no plenário. O trabalho parlamentar pode ser feito sob pressão, mas com dignidade. O Brasil precisa confiar na Constituinte.